SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 8ª REGIONAL

Portaria Nº 288 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023

Objetivo: Participação na Oficina de Implantação de ESF Ribeirinha e UBSF Fluvial nos dias 13 e 14 de novembro de 2023, de 08:30h as 17:00h, no auditório da SESPA.

Origem: BREVES/PÁ - BELÉM/PA.

Servidor (es): Manuella Pacheco de Carvalho, CPF: 025.610.672-03, 3,5 Diárias de 12 à 15/11/2023.

Ordenador de Despesa: ANA ÂNGELA FIALHO FELIX.

Protocolo: 1008727

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 10ª REGIONAL

PORTARIA

Portaria Nº 619/2023, de 10/11/2023

Portaria Coletiva

Objetivo: Participar de reunião técnica com a equipe de saúde do Município no hospital, realizar vistoria técnica do ambiente físico.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira/PA

Destino (s): Uruará/PA

Servidor: 597184/3 CAMILA DA SILVA RUI (Assistente de Centro Regional) / 5,5 diárias (completa) de 20 a 25/11//2023;

Servidor: 57190714/1 VELDSO DE SOUSA PINTO (Técnico em Vigilância Sanitária) / 5,5 diárias (completa) de 20 a 25/11//2023;

Ordenador de Despesa:

Camila da Silva Rui

Respondendo pela Direção do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 1008963

Portaria Nº 515/2023 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

O Diretor do 10º Centro Regional de Saúde, usando de suas atribuições que foram conferidas pela Portaria Nº 1.218/2023-CCG de 31.03.2023 publicada o Diário Oficial do Estado nº 35.349 de 03/04/2023.

CONSIDERANDO as infrações disciplinares cometidas por servidores públicos adstritos a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (RJU) e demais pessoas sujeitas aos segmentos pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde Pública, bem como a ocorrência de irregularidades de um modo geral, e a necessidade da apuração rigorosa de tais fatos com a consequente responsabilização do (s) acusado (s);

CONSIDERANDO ainda o disposto no artigo 199 e seguintes da Lei nº 5.810/94 que prevê a obrigatoriedade da instauração de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, prevendo ainda os procedimentos, fases e prazos a serem adotados sempre que autoridade tiver ciência de irregularidade no serviço público.

RESOLVE:

- Constituir Comissão Permanente de Processos de SINDICANCIA ADMINISTRATIVA do 10º Centro Regional de Saúde, Unidade Gestora da Secretaria de Estado de Saúde Pública, objetivando proceder todas as investigações necessárias à elucidação de denúncias de condutas infracionais e de fatos irregulares em geral ocorridos no âmbito da referida Unidade, designando-se para isto os servidores abaixo relacionados:

PRESIDENTE:

-GELMA MARIA SILVA DA SILVA, ENFERMEIRO, matrícula nº 5892334/4;

MEMBRO:

- CARLA OLIVEIRA ARAÚJO, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 57224768/1.

SUPLENTE:

-ROSILENE CORDEIRO CORRÊA, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula funcional nº 5900489/1.

- Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão instituída anteriormente.

- Para cada denúncia de irregularidade ocorrida no âmbito do do 10º Centro Regional de Saúde /SESPA que deva ser apurada mediante instauração de Processo Administrativo Disciplinar, será providenciada a respectiva Portaria com indicação da falta a ser apurada, sempre constituída pelos integrantes previamente designados neste
- O Presidente da Comissão Processante representará em todos os atos que se fizerem necessários.

- A Comissão exercerá suas atividades com absoluta independência e imparcialidade, procedendo dentro do devido processo legal, assegurando-se o sigilo necessário à elucidação dos fatos, tendo suas reuniões, audiências e documentos o necessário caráter

- A Comissão Processante tem plena liberdade na colheita de provas, podendo examinar quaisquer documentos relacionados ao objeto da investigação, fazer vistorias in loco, promovendo ainda à tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos

- A Comissão, desde a notificação do servidor, deverá facultar lhe, ou ao seu advogado regularmente constituído, o exame dos autos na repartição, e quando solicitado por escrito, providenciar a entrega de cópias com despesas custeadas pelo próprio interessado, para apresentação de defesa e indicação de suas provas no prazo regulamentar, possibilitando-lhe ainda o acompanhamento de toda a instrução nos exatos termos do 5º, inc. LV da Constituição Federal.

- Nas hipóteses legais de suspeição ou de impedimento, poderão os servidores aqui designados se eximir da obrigação de participar da investigação, procedendo a autoridade instauradora a substituição somente para determinado caso, retomando o servidor a sua função após a conclusão do respectivo

- A Comissão vincula-se à autoridade que determinou a sua instauração, enviando- lhe relatório final, para análise e

- Competirá à autoridade instauradora, prover a Comissão das necessárias instalações físicas e recursos materiais necessários ao desempenho de seu mister, sendo igualmente assegurados transporte e diárias aos seus integrantes, bem como ao secretário da mesma, quando as circunstâncias exigirem o deslocamento da sede dos trabalhos para realização de missão oficial essencial ao esclarecimento dos fatos, não acarretando com isso qualquer vinculação hierárquica com o referido setor, prevalecendo em qualquer caso a regra constante do item V desta

- O mandato da Comissão aqui instituída, será de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da mesma no DOE, vedada a recondução de sua totalidade no período

- A Comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus integrantes, inclusive o secretário "ad hoc", dispensados do ponto e de suas atividades habituais, nos seus respectivos locais de lotação, de acordo com o disposto no 208, § 1º da Lei nº 5.810/94.

- A Comissão, na forma do 1º do art. 205 da Lei nº 5.810/94, terá como secretário, servidor designado pela sua presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

- Ocorrendo a necessidade imperativa de afastamento de um dos integrantes da Comissão no decorrer do respectivo mandato, por uma das hipóteses previstas no art. 77 da Lei nº 810/94, será o mesmo imediatamente substituído por suplente aqui designado.

- Por ocasião do gozo de férias regulamentares dos integrantes da Comissão Processante, será também aplicada a hipótese de substituição prevista no item

- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

Gilmar Santana Nunes

Diretor do 10º CRS/SESPA.

Port. nº 1.218/2023-CCG, de 31.03.2023

Protocolo: 1008964

Portaria Nº 620/2023, de 10/11/2023

Portaria Individual

Objetivo: Conduzir veículo com técnicos da Divisão Técnica

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira/PA

Destino (s): Uruará/PA

Servidor: 57200996/3 CLEUDINO PESSOA DA SILVA (Motorista) / 5,5 diárias (completa) de 20 a 25/11//2023;

Ordenador de Despesa:

Camila da Silva Rui

Respondendo pela Direção do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 1008969

Portaria Nº 622/2023, de 10/11/2023

Portaria Individual

Objetivo: Conduzir veículo oficial com técnicos da Divisão de Endemias.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira/PA

Destino (s): Belém/PA

Servidor: 5155452 JANDUY SIMAO (Motorista) / 13,5 diárias (completa) de 19/11 a 02/12/2023;

Ordenador de Despesa:

Camila da Silva Rui

Respondendo pela Direção do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 1008941

Portaria Nº 621/2023, de 10/11/2023

Portaria Coletiva

Objetivo: Participar da capacitação sobre a atualização revisores de malária.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira/PA

Destino (s): Belém/PA

Servidor: 0505697 ARNALDO DA SILVA BEZERRA (Microscopista Revisor) / 13,5 diárias (completa) de 19/11 a 02/12/2023;

Servidor: 1086853 ANTONIO PEREIRA DA SILVA (Microscopista Revisor) / 13,5 diárias (completa) de 19/11 a 02/12/2023;

Ordenador de Despesa:

Camila da Silva Rui

Respondendo pela Direção do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 1008937

Portaria Nº 632/2023, de 10/11/2023

Portaria Coletiva

Objetivo: Participar do "III ENCONTRO ESTADUAL DOS REPRESENTANTES REGIONAIS E MUNICIPAIS DE DOENÇA DE CHAGAS" e Capacitação em Sistemas de Informação de malária: Sivep-Malária e Vetores-Malária.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU